



**TRE  
PARANÁ**

**CONTRATO N.º .../.....**

**PAD N.º 1.122/2021**

#### **Anexo IV - Minuta do Contrato**

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pelas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93, suas alterações, demais legislações pertinentes e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação n.º .../2021, Pregão Eletrônico n.º ...../2021, **PAD n.º 1.122/2021** e a proposta vencedora, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, n.º 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede em .....,  
sita na Rua ....., n.º ....., complemento ....., bairro....., CEP ....., telefone(s) ..... e  
....., e-mail....., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ....., CPF n.º .....,  
doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o que segue:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Contratação de empresa especializada em **prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Tribunal Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e a rede mundial de computadores, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico.**

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e nos demais anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços será realizada por regime de Empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS, INSTALAÇÃO, RECEBIMENTO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** – O Termo de Referência - Anexo I dispõe detalhadamente sobre:

**2.1.2** – No item 2 - como os serviços deverão ser prestados e instalados;

**2.1.3** – No item 3 – como se dará o recebimento dos serviços;

**2.1.4** – No item 5 – como se dará a gestão do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do Programa de Trabalho

.....,

Elementos de despesa:..... e .....,

Nota de Empenho ....., de .../.../.....,

Categoria econômica: .....investimento/custeio.

Código SIASG: 26506 (Link de comunicação de dados) e 26972 (Instalação)

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1**– Conforme disposições constantes no item 4 do Termo de Referência – Anexo I.

## **CLAUSULA QUINTA: DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**5.1** – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

**5.2** – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

**5.3** – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

**5.4** – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação;

**5.5** – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

**5.6** – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer

forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

## **CLAUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

**6.1** - O presente contrato vigorará pelo período **de 60 (sessenta) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

### **7.1 – Do preço:**

**7.1.1** - Pelos serviços de instalação o Contratante pagará à Contratada a importância de **R\$ .....** (.....),

**7.1.2** – Pela prestação de serviço de acesso IP permanente o Contratante pagará à Contratada a importância mensal de **R\$ .....** (.....), perfazendo um valor total estimado de **R\$ .....** (.....), para 60(sessenta) meses.

### **7.2 – Do documento fiscal:**

**7.2.1** - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail: rede@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser protocolado junto à Seção de Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizada à Rua João Parolin, 224, 1º andar, Prado Velho – Curitiba – Paraná, direcionado à Seção de Rede.

**7.2.2** - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet* deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

**7.2.2.1** - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Descritivo dos valores mensal, unitário e total;
- e) Número do contrato e,
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.2.3** - Caso a empresa CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá a NF estar acompanhada da Declaração, nos termos do inciso XI do artigo 6º- da IN 1234/12 da SRF - anexo IV.

**7.2.4** - O período para faturamento deverá ser mensal.

**7.2.4.1** - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*). Essa convenção também se aplicará aos reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**7.2.4.2** - A emissão do documento fiscal deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

**7.2.4.3** - Considerar-se-á a data de início dos serviços, para fins de faturamento, a partir do primeiro dia da ativação do sistema por senha cadastrada pelo chefe de cartório ou seus substitutos.

### **7.3 - Das condições do pagamento:**

**7.3.1** – O valor da instalação será pago em uma única parcela no primeiro faturamento.

**7.3.2** – O pagamento dos serviços será mensal e somente ocorrerá depois de atestada, pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, a conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específicos, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**7.4** – Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

**7.5** – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**7.5.1** – Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**7.5.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.5.2** – O prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 32 da Lei nº 8.666/93.

**7.5.3** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.5.3.1** - Nenhum pagamento será devido à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.5.4** – Será considerado como data do pagamento aquela em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.5.5** – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.2.1.

**7.5.5.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.5.6** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

**7.5.7 – Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento e desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

## **7.6 – Da regularidade fiscal:**

**7.6.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.6.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.6.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

**7.6.2** – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.6.2.1** – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **7.7 – Da substituição tributária:**

**7.7.1** – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

## **7.8 – Dos tributos federais:**

**7.8.1** – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**7.8.2** – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**7.8.3** – A nota fiscal, cuja empresa contratada seja optante do Simples, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 – Anexo IV.

## **7.9 – Da retenção previdenciária:**

**7.9.1** – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112 sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

## **7.10 – Da retenção do ISS:**



**7.10.1** – Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art. 6º da LC nº 116/03.

**7.10.2** – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**7.11** – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTAMENTO –**

**8.1** – Os preços serão reajustados, a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta (Data da abertura da Licitação), segundo a variação do **IST – Índice de Serviços de Telecomunicações**, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, ou outro índice que venha substituí-lo;

**8.1.1** – **Será considerado índice inicial o da data da apresentação de proposta (considerando esta a data da abertura da licitação), com base na seguinte fórmula (Decreto nº 1.054/94 e Lei nº 10.192/01):**

$$R = \frac{V \times I - I_0}{I_0}$$

**Sendo:**

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço;

I = Índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = Índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes ao mês da entrega da proposta da licitação.

## CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1** – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

**9.2** - Com fundamento no acima disposto, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

**a)** ADVERTÊNCIA: Para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

**b)** MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos e de acordo com o Caderno de Métricas e Níveis de Serviços contido no Termo de Referência – Anexo I e subitens indicados:

**b1) 0,02 (dois centésimos por cento)** sobre o valor total do contrato:

b1.1) conforme subitem 2.15.2, por percentual (%) de perda de pacotes acima do estipulado no limiar da qualidade;

b1.2) conforme subitem 2.15.3, por índice de erro aferido acima do retardo máximo permitido no limiar de qualidade;

b1.3) conforme subitem 2.15.4, por hora acima do estipulado no limiar de qualidade;

b1.4) conforme subitem 2.15.5, por dia de atraso acima do estipulado no limiar de qualidade;

b1.5) conforme subitem 2.15.6, por percentual de disponibilidade abaixo do estipulado no limiar de qualidade;<sup>1</sup>

**b2) 0,01 (um centésimo por cento)** sobre o valor total do contrato, por hora acima do estipulado no limiar de qualidade, conforme subitem 2.15.7;

**c)** IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme previsto no art.7º, da Lei nº 10.520/02, bem como o

---

<sup>1</sup>Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.3** - As multas e os prejuízos causados ao Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**9.3.1** - Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

**9.4** – As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**9.5** - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**9.6** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1** - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados no art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**10.1.1** – Será também causa de rescisão contratual se a contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta,

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**11.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO**

**12.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**12.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, ....de ..... de 2021.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

.....  
**Dr. Valcir Mombach**  
Representante Legal  
p/Contratante